



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

ATA DO 99º ENCONTRO DE PRESIDENTES

PRESIDÊNCIA: DES. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PERÍODO: 05 a 07 de junho de 2014

LOCAL: BELÉM-PARÁ

A abertura dos trabalhos ocorreu às 19:00hrs., no Plenário Desembargador Pojucan Tavares do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), e presidiram esta solenidade a Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO e o Excelentíssimo Senhor Presidente do Colégio Permanente de Presidente dos Tribunais de Justiça do Brasil, Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. A solenidade teve início com a composição da mesa de honra pelas seguintes autoridades: Governador do Estado do Pará Simão Robson Jatene; Conselheiro Gilberto Valente Martins, CNJ; Desembargador Cláudio Augusto Montalvão das Neves, Vice-Presidente; Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, representando o TRE-PA; Procurador Geral de Justiça, em exercício, Jorge de Mendonça Rocha; Presidente da OAB-PA, Jarbas Vasconcelos; Presidente da AMB, Juiz João Ricardo dos Santos Costa. Ato contínuo, procedeu-se a entrada dos 27(vinte e sete) Desembargadores Presidentes de Tribunais de Justiça dos Estados brasileiros, pela respectiva ordem de precedência: Tribunal de Justiça da BAHIA – **Desembargador JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS**; Tribunal

de Justiça do MARANHÃO - Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA; Tribunal de Justiça de PERNAMBUCO – Desembargador FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES; Tribunal de Justiça de SÃO PAULO – Desembargador ARMANDO SÉRGIO PRADO DE TOLEDO; Tribunal de Justiça de MINAS GERAIS –Desembargadora SELMA MARIA MARQUES DE SOUZA; Tribunal de Justiça de GOIÁS - Desembargador CARLOS HIPÓLITO ESCHER; Tribunal de Justiça do MATO GROSSO - Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI; Tribunal de Justiça do RIO GRANDE DO SUL - Desembargador JOSÉ AQUINO FLORES CAMARGO; Tribunal de Justiça do CEARÁ - Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO; Tribunal de Justiça da PARAÍBA - Desembargadora MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI; Tribunal de Justiça do ESPÍRITO SANTO - Desembargadora CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS; Tribunal de Justiça do PIAUÍ – Desembargador ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES; Tribunal de Justiça do RIO GRANDE DO NORTE - Desembargador ADERSON SILVINO DE SOUZA; Tribunal de Justiça de SANTA CATARINA – Desembargador NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS; Tribunal de Justiça de ALAGOAS - Desembargador JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES; Tribunal de Justiça de SERGIPE - Desembargador CLÁUDIO DINART DÊDA CHAGAS; Tribunal de Justiça do AMAZONAS - Desembargador ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA; Tribunal de Justiça do PARANÁ - Desembargador GUILHERME LUIZ GOMES; Tribunal de Justiça do ACRE – Desembargador ROBERTO BARROS DOS SANTOS; Tribunal de Justiça do DISTRITO FEDERAL - Desembargador OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA; Tribunal de Justiça do MATO GROSSO DO SUL - Desembargador JOENILDO DE SOUZA CHAVES; Tribunal de Justiça de RONDÔNIA - Desembargador ROWILSON TEIXEIRA; Tribunal de Justiça do AMAPÁ - Desembargador LUÍZ CARLOS GOMES DOS SANTOS; Tribunal de Justiça de RORAIMA – Desembargadora TÂNIA MARIA VASCONCELOS DIAS DE SOUZA CRUZ. Presentes os Membros da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Tribunais de Justiça do Brasil, Desembargadores [JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES](#) e [CAIO OTÁVIO ALENCAR](#). A Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, não esteve presente neste encontro, por motivo de segurança pública na capital fluminense,

mas enviou um representante para acompanhar os trabalhos que foram realizados. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, o Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre declarou aberto o Nonagésimo Nono encontro do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil. Em seguida fez o seu pronunciamento a Des. Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a qual destacou que as administrações dos tribunais brasileiros “têm a necessidade vital de pensar, planejar, reformular, fixar metas e gerir os recursos conforme os objetivos pré-determinados”. Segundo ela, foi com base nessas reflexões que o encontro se moldou. “Desde o início o nosso desembargador e presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Milton Nobre, expressou a preocupação de que a nossa programação fosse totalmente voltada a uma temática de real importância e significado à gestão e governabilidade do Poder Judiciário”. Após usou da palavra o membro do Conselho Nacional de Justiça Gilberto Valente Martins. Na sequência, o Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre fez seu pronunciamento, ocasião em que destacou que “não há democracia sem juízes independentes e que não há juízes independentes sem uma carreira com remuneração condigna” , sublinhando a campanha pela valorização da carreira da magistratura brasileira, quando ressalta a importância da PEC 63, em tramitação no Congresso Nacional, e o empenho do Colégio de Presidentes em sua urgente e necessária aprovação. Ressaltou a importância da autonomia dos tribunais, independência dos magistrados e a valorização da carreira da magistratura, enfatizando o papel relevante da Justiça Estadual, que conta com cerca de 13 mil juízes, representando 70% do Judiciário brasileiro. Sobre o fato de Belém sediar o encontro, o desembargador disse estar muito feliz de poder trazer um evento importante para o Pará: “Estarão presentes 27 tribunais. São pessoas que pertencem ao poder constituído federado. Só isso já demonstra a importância que tem eles se reunirem em Belém”. Em seguida foi executado o hino do Estado do Pará e declarada encerrada a cerimônia de abertura do Encontro pelo Desembargador Milton Nobre.

No segundo dia de encontro foram abertos os trabalhos pelo Des. Milton Augusto de Brito Nobre, quando ele destacou a impossibilidade de

comparecimento da Presidente do Tribunal do Rio de Janeiro. Foi dada a palavra à desembargadora Luzia Nadja, que saudou a todos, desejando um ótimo dia. Em seguida retornou a palavra ao desembargador Milton Nobre, que pediu a todos os Presidentes ali presentes que se apresentassem individualmente. Na sequência o desembargador João Ricardo dos Santos, Presidente da AMB(Associação dos Magistrados Brasileiros), fez algumas considerações sobre a PEC 63, e ressaltou a demonstração e a percepção de que a unidade e a parceria com o Colégio de Presidentes fazem a diferença nos enfrentamentos para adequar o Judiciário às mudanças do nosso tempo. O desembargador Armando Sérgio Prado de Toledo informou que graças ao Senador Antonio Carlos a emenda nº 02 do Senador Humberto caiu e com isso não existe mais o risco do momento, mas falta ser lida a emenda nº 01, do Senador Inácio Arruda, o que será colocada como questão de ordem, devendo continuar a movimentação do Colégio e da AMB em prol da aprovação da PEC 63. O desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves destacou que a magistratura hoje em dia não é uma carreira atrativa, seja em que Estado for, e o desembargador Aquino Flores confirma tal fato, ressaltando a importância da Justiça estadual ter uma representação dentro da estrutura da organização do Judiciário nacional. Dando prosseguimento aos trabalhos, foram discutidas pela equipe técnica do TJ/PA as Resoluções do CNJ acerca das melhorias da justiça no 1º grau, ocasião em que se fizeram observações gerais de ordem crítica. A Magistrada Kátia Parente fez a introdução e o desenvolvimento do tema. Em seguida o desembargador Milton Nobre, por sugestão da Presidente Luzia Nadja, indagou a todos os Presidentes presentes se o Colégio deve elaborar um documento ao ministro do STF, Lewandowski, pedindo a suspensão da vigência das referidas resoluções, pois as mesmas estão gerando um desconforto pela impossibilidade de seu

cumprimento no prazo estipulado de 30 dias, além de que elas ferem o princípio da autonomia dos entes federativos e do Poder Judiciário. O Conselheiro do CNJ Gilberto Valente, ouviu as críticas explanadas pelos desembargadores Milton Nobre, Roberto Barros dos Santos, Luzia Nadja e Aquino Flores e considerou que o CNJ tem tido a preocupação em discutir os questionamentos e ponderações dos tribunais e que levará ao CNJ o pedido de modulação dos prazos de cumprimento das referidas resoluções, ocasião em que acentuou que os presidentes também podem levar propostas de ajustamento delas, no que diz respeito às distorções alegadas. A desembargadora Luzia Nadja asseverou que haverá o pedido não só da dilação de prazo, mas de encaminhamento de emendas bem justificadas, tendo como base dados concretos, e espera contar com o apoio do Conselheiro Gilberto Valente na defesa de tais emendas junto ao CNJ. O Presidente Milton Nobre agradeceu a boa vontade do Conselheiro Gilberto Valente e deu por encerrado os trabalhos da manhã. O desembargador Milton Nobre abriu os trabalhos da tarde, quando o desembargador Roberto Barros fez as considerações e provocações para o debate acerca da autonomia orçamentária e financeira da justiça estadual, sendo que entre as principais pontuou que o arcabouço constitucional que rege tal matéria não está sendo observado por alguns atos normativos padrões do CNJ para todos os tribunais, sem levar em consideração a autonomia de cada tribunal nessa área orçamentária e financeira. Seguiu-se o debate acerca do referido tema com as colocações dos desembargadores Milton Nobre, Luzia Nadja, Frederico Ricardo, Armando Toledo, José Olegário, Maria de Fátima Moraes, José de Aquino, Haroldo Corrêia, José Carlos Malta e Joenildo de Souza, tendo sido proposto a criação de uma comissão de presidentes para elaborar e discutir propostas e soluções em torno de tais questões orçamentárias e financeiras dos tribunais. Passou-se a discussão de um

outro tema, qual seja o horário de expediente da justiça estadual, cuja mobilização deu-se pela desembargadora Maria de Fátima, que pediu ao desembargador Milton Nobre que acompanhe o processo em que ela pleiteia a mudança do horário do Tribunal de Justiça da Paraíba para o turno da manhã para 6 horas, bem como atue nele como “amicus curie”, buscando regionalizar e padronizar os horários de expediente da Justiça estadual. O desembargador Milton Nobre destacou que já conversou com o ministro Luiz Fux e este lhe disse para tentar construir um consenso entre os presidentes dos tribunais, com uma proposta que atenda ao problema da resolução do CNJ e a demanda que a OAB está colocando, daí se habilite no processo, quando então o processo, provavelmente seria extinto. Fizeram suas colocações acerca do tema o desembargador Aquino Flores, Cleones Carvalho e Nelson Juliano, tendo sido estabelecido que o consenso significa exatamente estabelecer um horário que respeite as peculiaridades de cada Estado. O desembargador Milton Nobre pediu que os presidentes lhe mandem por email o horário de trabalho em cada estado, pois vai constituir advogado para se habilitar no Mandado de Segurança existente acerca de tal problemática e assim se respeite a autonomia, a realidade e peculiaridade de cada tribunal. Dando prosseguimento à programação a desembargadora Luzia Nadja fez uma exposição com o tema “Justiça seja feita, vista e ouvida”, ressaltando que a comunicação externa hoje é algo essencial para que se possa atingir um resultado, bem como a comunicação interna também é importante, e pontuou que isso não é propaganda mas sim cuidar da imagem. O desembargador Milton pediu com urgência que os presidentes dos Tj’s do Acre , Alagoas, Bahia e Ceará lhe encaminhassem ainda naquele dia o percentual orçamentário de impacto da PEC 63. Deu-se prosseguimento à programação com a provocação do Presidente do TJ/RS José de Aquino acerca das resoluções do CNJ sobre promoção e

remoção de magistrados, sendo que antes de adentrar no assunto propôs a criação de 3 grupos temáticos para estudar e propor alternativas ao tema abordado pelo desembargador Roberto Barroso, e tais discussões poderão ser feitas em Brasília, por videoconferência, etc., cujos relatórios com propostas serão apresentados e farão constar na programação do próximo encontro a ser realizado na Bahia/BA. O primeiro dos grupos sugeridos será para tratar da autonomia financeira, compilar práticas e idéias, sugerindo medidas, atos administrativos e projetos de lei que seriam aplicáveis à realidade de cada um dos estados, e o segundo se encarregará dos depósitos judiciais, da compensação pela jurisdição delegada e custas e emolumentos, enquanto que o terceiro será para discutir a lei da assistência judiciária e dos juizados especiais, sua facultatividade, bem como a Lei de responsabilidade fiscal e seus limites. Estabeleceu-se que a inscrição a tais grupos será feita com o desembargador Caio. Ao abordar o assunto das resoluções do CNJ acerca da promoção e remoção de magistrados o desembargador José de Aquino ressaltou que a promoção por merecimento é importante mas não é tudo na vida do juiz, não se devendo cair no excesso, criando com isso uma magistratura competitiva demais, de forma que deve-se estabelecer um meio termo. O desembargador Milton Nobre ressaltou que tal matéria está em consulta pública até o dia 16/06 do corrente, e pontuou que os números em si mesmo não significam qualidade. O desembargador Caio fez a sua despedida emocionada do Colégio, onde durante 16 anos foi membro da Comissão executiva. Em seguida foram escolhidos os membros para substituir os desembargadores Miguel Kfoury Neto, Marilza Maynard Salgado de Carvalho e Caio Otávio Alencar na comissão executiva do Colégio de Presidentes, sendo que tais indicações recaíram sobre os desembargadores Luzia Nadja, Carlos Malta e Armando Toledo. Foram encerrados os trabalhos do dia com a

homenagem prestada pelo TJ/PA ao desembargador do TJ/DF Otávio Augusto Barbosa, que recebeu a medalha da ordem do mérito desta corte pela sua Presidente desembargadora Luzia Nadja.

No terceiro e último dia do encontro a programação teve início às 09:00 hrs, sendo a reunião aberta com as considerações iniciais do desembargador Milton Nobre, quando afirmou estar mandando naquela manhã um documento do Colégio para todos os senadores, a pedido do Senador Renan Calheiros, demonstrando que o impacto financeiro da PEC 63 não causará danos, pois os números apresentados são indicativos de que poderá ser coberto com o orçamento do Judiciário, além de que, a LRF será cumprida, já que nenhum impacto ultrapassará os limites nela estabelecidos, sob pena de prejudicar o próprio comando normativo dela constante. Deu-se prosseguimento com a exposição feita pelo Presidente do TJ/SC, Nelson Juliano, em substituição ao TJ/RJ e TJ/PE, acerca da Consolidação e Conquistas do sistema de automação do Judiciário de Santa Catarina, acentuando que os tribunais há mais de duas décadas tem procurado trazer as tecnologias para contribuir para o avanço dos serviços judiciais, otimizando-os e lhes dando maior transparência, rapidez e até mesmo mais confiabilidade junto ao público. Seguiu-se a explanação do desembargador Armando Toledo, do TJ/SP, que também apresentou o que vem sendo feito nesse sentido naquele tribunal, ocasião em que acentuou que o importante não é a unificação de sistemas, mas sim a sua uniformização. O Presidente do TJ/RN, Aderson Silvino, expôs como vem sendo implantado a versão do PJE naquele tribunal. O desembargador Milton Nobre destacou que para que não esbarremos na autonomia dos tribunais, devemos construir uma convivência no dissenso. Seguiu-se uma interação com a explanação das experiências e situação de cada tribunal no que diz respeito a interoperabilidade e implantação do PJE. O Juiz auxiliar da presidência

do TJ/MS Vitor Luiz de Oliveira Guibo fez uma exposição acerca da Central de Processamento Eletrônico implantado naquele tribunal. Deu-se prosseguimento à projeção da CARTA de Belém. Todos estiveram de acordo com o item nº 1, que estabelece a criação de Grupos de Trabalho, integrados por Presidentes de Tribunais de Justiça, com o objetivo de promover estudos técnicos que resultem na formulação de políticas capazes de equacionar as questões relacionadas com a autonomia administrativa, orçamentária e financeira dos Tribunais. Quanto ao nº 2 acordaram a manifestação da preocupação com as Resoluções n.ºs 194 e 195 do Conselho Nacional de Justiça, diante da complexidade dos assuntos nelas tratados e da dificuldade de implantação nos prazos fixados, proclamando a imperiosa necessidade de adiamento de suas vigências. No que diz respeito ao nº 03 todos acordaram a Reafirmação da importância da aprovação da Emenda Constitucional nº 63 e a necessidade de manter a coesão de todos os segmentos do Poder Judiciário na luta pela valorização da Magistratura como carreira de Estado. E no último item acordaram Reiterar, nos termos da Carta de Gramado, a preocupação com os regramentos sobre promoção e remoção de magistrados, considerando ser essencial o respeito às especificidades locais e evitar a burocratização do processo. Após a aprovação da CARTA, o desembargador Caio informou que os grupos de trabalho estão formados e quem ainda não o aderiu poderá fazê-lo depois, e sugeriu que cada grupo escolha um coordenador e entre em contato com o desembargador Malta. Foi dada a palavra à desembargadora Luzia Nadja, que agradeceu a presença de todos, ressaltando que os recebeu com muito carinho, registrando que o Colégio vem desenvolvendo um trabalho muito importante, sobretudo na vinculação até mesmo pessoal entre os Presidentes. O desembargador Milton Nobre agradeceu a desembargadora Luzia Nadja pela gentileza e

fidalgua no trato com todos e convidou os presentes para um almoço. O presidente do TJ/BA José Olegário disse que se sentirá honrado em receber o 100º encontro dos presidentes nos dias 25, 26 e 27 de setembro/2014 em seu Estado, e espera contar com a presença de todos. O desembargador Milton Nobre declarou encerrado o 99º Encontro do Colégio de Presidentes. E para tudo constar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelo Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, Presidente da Comissão Executiva, pelo Desembargador Caio Otávio Regalado de Alencar e pela Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
Presidente da Comissão Executiva

Des. CAIO OTÁVIO REGALADO DE ALENCAR
Membro da Comissão Executiva

Des., JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
Membro da Comissão Executiva

Des. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
Presidente do TJPA

Segue anexa a lista de presença dos participantes do 99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.